

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 14 de dezembro de 2020 às 07h39
Seleção de Notícias

Estadão.com.br - Últimas notícias | BR

Marco regulatório | INPI

O crescimento do Brasil depende de um sistema de patentes eficaz e confiável 3

O Globo | BR

12 de dezembro de 2020 | Direitos Autorais

Ascânio Seleme 5

ASCANIO SELEME | ASCANIO SELEME

Correiobraziliense.com.br | BR

Direitos Autorais

Gusttavo Lima perde processo por direitos autorais e pagará R\$ 20 mi 9

Folha.com | BR

Direitos Autorais

Miguel Falabella perde ação que o acusa de plagiar tradutor na Justiça 10

ILUSTRADA

IstoÉ Online | BR

Marco regulatório | INPI

Com 210 ações, Estratégia de Propriedade Intelectual valerá 10 anos 12

AGÊNCIA BRASIL

Teletime News | SP

Patentes

Por propriedade intelectual, Ericsson abre processo contra Samsung nos EUA 14

O crescimento do Brasil depende de um sistema de patentes eficaz e confiável



Rafael Tögel. FOTO: DIVULGAÇÃO

A **inovação** tecnológica está no centro das atenções da economia mundial e sua proteção tem um papel essencial na tomada de decisões de investimento de empresas. Dados da **Organização** Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) mostram um significativo incremento na utilização do sistema internacional de **patentes** nas últimas décadas. O Brasil, no entanto, não seguiu essa tendência, ao contrário -- o número de pedidos internacionais de **patente** depositados no país caiu 32% entre 2013 e 2018.

A edição de 2020 do Índice Global de Inovação, indicador econômico divulgado pela OMPI, trouxe o Brasil em 62º lugar entre 131 países, demonstrando que os projetos de investimento das empresas estão deixando de lado o nosso mercado, mesmo sendo a nona maior economia do mundo.

A efetividade de proteção das invenções por **patentes** em nosso país é um dos elementos cruciais para manter a atratividade do Brasil e, assim, galgar melhores posições nos rankings de inovação. É indispensável que o processamento de pedidos seja confiável do ponto de vista jurídico, de modo a dar segurança aos empreendedores e estimular in-

vestimentos em novos produtos e serviços.

Com processamentos de pedidos de **patente** que se estendiam, em média, por mais de dez anos, o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (**INPI**) não logrou êxito nas últimas décadas em manter um sistema que contribuísse para a atração de investimentos. A título de exemplo, mais de 40% das **patentes** atualmente em vigor no Brasil foram concedidas em aplicação de uma regra do parágrafo único do artigo 40 da Lei de Propriedade Industrial. Essa regra serve como garantia aos titulares de **patente** contra a morosidade do **INPI**, estabelecendo que o prazo de validade de **patentes** de invenção, regularmente de 20 anos contados da data de protocolo no **INPI**, seja de pelo menos 10 anos a partir da data de concessão.

Contudo, essa garantia está sendo injustificadamente atacada por certos grupos que visam apenas seu próprio lucro, desconsiderando os interesses da sociedade brasileira. Esses grupos buscam a declaração de inconstitucionalidade desse mecanismo de validade mínima exatamente quando o país mais precisa de um sistema de patentes forte, que traga confiança aos agentes econômicos locais e àqueles que desejam investir no Brasil.

Esta ameaça, se levada a cabo, tende a sabotar o desenvolvimento de áreas inovadoras no país, em um momento de crise sanitária e econômica que demanda inovação e investimentos. A implementação do 5G e de todo o valor agregado sobre a infraestrutura, por exemplo, não prosperará no país se houver dúvidas quanto à proteção patentária.

Com efeito, o ataque ao mecanismo de garantia de proteção de no mínimo 10 anos contados da concessão pode ter como consequência a anulação de mais de 24 mil patentes, o que seria devastador para muitos setores. O de telecomunicações, por exemplo,

Continuação: O crescimento do Brasil depende de um sistema de patentes eficaz e confiável

teria 91% de suas patentes no país anuladas --, assim como as áreas de **biotecnologia** e farmacêutica, que teriam anuladas, respectivamente, 72% e 69% das patentes hoje em vigor.

O Brasil precisa demonstrar o seu engajamento com o avanço tecnológico. Abdicar do mecanismo que garante a proteção efetiva de invenções, sobretudo quando o **INPI** já vem agilizando seus processos de forma a fazer com que as **patentes** concedidas com essa duração sejam minoria, é um contrassenso e trará graves consequências para a atração de investimentos estrangeiros.

Da mesma forma, não trará incentivos para que as empresas inovadoras brasileiras utilizem o sistema

de patentes para agregar valor às suas atividades econômicas e, dessa forma, contribuir ao progresso econômico e social de nosso país. Defender a pertinência do mecanismo de proteção mínima de 10 anos para patentes é mais do que uma posição econômica e socialmente coerente, é uma necessidade.

***Rafael Tögel** é conselheiro da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha (AHK Paraná). É engenheiro mecânico e especialista em **patentes**. Responsável pelo Licks Attorneys de Curitiba, especializado em propriedade intelectual

Rafael Tögel*

Ascânio Seleme

ASCANIO SELEME



ATÉ HONDURAS

Com todo o respeito que aquele país da América Central merece, mas é bom notar que até mesmo a pequena Honduras (9,5 milhões de habitantes, PIB de US\$ 49 bilhões e renda per capita de US\$ 5,8 mil) vai começar a vacinação da sua população ainda este ano. Na capital, Tegucigalpa, as doses da vacina russa Sputnik começam a ser inoculadas na semana que vem. Alguém pode até dizer que a Sputnik não é segura, mas toda a família real de Dubai foi imunizada com ela.

O OSCAR BRASILEIRO

Daniel Day-Lewis leu cem livros sobre Lincoln para interpretar o ex-presidente americano no cinema. Assim que se trabalha. Quantos livros Bolsonaro e Pazuello leram sobre o coronavírus? O ator ganhou um Oscar por aquela interpretação. Que prêmio você daria ao presidente e ao seu ministro?

SAÚDE MENTAL

O governo resolveu revogar portarias que dão estrutura e recursos às políticas de saúde mental no Brasil. Parece que alguém mais, além do general Eduardo Paradão Pazuello, perdeu o juízo no Ministério da Saúde. Ou será que foi mais do mesmo?

HOTEL MUSEU

Nada contra um hotel no Jardim Botânico. Parques têm que ser usados e visitados pelas pessoas. São educativos e dão prazer e relaxamento aos visitantes. O maior parque do mundo, o Yellowstone, que se estende por três estados americanos em 8,9 mil quilômetros quadrados muito bem preservados, tem dez hotéis no seu interior. Todos geram renda e empregos e não atentam contra o meio ambiente. Agora, por que fazer logo no lugar do Museu do Meio Ambiente? Para reduzir o debate sobre a questão e suspender a movimentação de idéias e ideais preservacionistas. E para quê mais hotel no já abarrotado Rio de Janeiro? AJiás, Salles ajudaria muito se mandasse demolir o esqueleto do Gávea Tourist Hotel no Parque da Tijuca. Ou será que Eduardo Paes poderia se ocupar disso?

CANCÚN, NÃO

Por falar em hotel, é bom não se esquecer que ainda está muito bem viva a ideia maluca de Bolsonaro de querer transformar a baía de Angra dos Reis em uma "Cancún brasileira". O que se quer fazer ali é uma agressão hedionda a um dos lugares mais preservados do planeta. A proposta é acabar com a estação ecológica e a APA de Tamoios e chamar

Continuação: Ascânio Seleme

investidores para erguer hotéis e resorts na área. Uma bobagem que não pode prosperar. E não vai, por que você acha que ainda tenha gente que acredite neste governo e invista numa furada dessas?

-

Os candidatos

O Congresso Nacional começa a viver os momentos de turbulência que antecedem a sucessão das mesas da Câmara e do Senado. A decisão do Supremo Tribunal Federal de barrar por inconstitucionais as reeleições de Rodrigo Maia e Davi Alcolumbre inaugurou o lançamento de candidaturas nas duas casas. Esta coluna não quer fazer juízo de valor, mas vai nomear cada um dos já lançados e acrescentar pequenas bios das suas trajetórias nas tramas da Justiça. A elas.

CÂMARA

Arthur Lira (PP-AL), candidato do presidente Bolsonaro. Réu por desvio de dinheiro do erário e por enriquecimento ilícito; denunciado na Lava-Jato por lavagem de dinheiro; acusado pelo Ministério Público de Alagoas por desviar R\$ 1 milhão através de rachadinhas durante mandato de deputado estadual; denunciado no STF por agressão à sua ex-mulher, que o acusou de participar de um esquema de corrupção em seu estado.

Aguinaldo Ribeiro (PPPB), foi ministro de Dilma e depois votou contra ela no processo de impeachment. Acusado pelo doleiro Alberto Youssef de receber mesada do PT para votar a favor das pautas do partido; citado na delação da Odebrecht por receber propina; denunciado pelo ex-procurador Rodrigo Janot por fazer parte da organização criminosa que assaltou a Petrobras.

Luciano Bivar (PSL-PE), presidente do partido que abriu as portas para Bolsonaro ser candidato em 2018. Em 2013, admitiu ter pago propina para a CBF

para que o técnico da seleção Emerson Leão convocasse o jogador Leomar, que à época pertencia ao Sport, clube que Bivar dirigia; indiciado pela PF no esquema de laranjas do PSL nas eleições de 2018.

Marcos Pereira (Republicanos-SP), bispo licenciado da Igreja Universal, foi ministro do governo Temer. Ficou quase dois anos no cargo, mas se viu obrigado a renunciar ao posto quando seu nome apareceu na lista da Odebrecht como um dos beneficiários das propinas da empresa.

Elmar Nascimento (DEMBA), deputado de segundo mandato. Acusado de ser um dos 81 parlamentares beneficiários do esquema da Odebrecht de distribuição de dinheiro para campanhas em caixa dois através da cervejaria Itaipava.

Baleia Rossi (MDB-SP), presidente nacional da sigla desde o fim da era de Romero Jucá. Foi acusado em 2016 pelo lobista Marcei Júlio como participante de um esquema de extorsão de fornecedores de merenda para escolas públicas de São Paulo. Mais tarde, o Coaf apresentou uma lista de envolvidos sem o seu nome.

Tereza Cristina (DEMMS), ministra da Agricultura de Bolsonaro e deputada licenciada. Acusada de dar calote em cinco empréstimos que tomou de bancos e fundos de investimentos agropecuários, entre eles, um da JBS, para projetos rurais particulares.

SENADO

Fernando Bezerra (MDBPE), ex-ministro do governo Dilma. Acusado de lavagem de dinheiro na Operação Turbulência para reeleição de Eduardo Campos em Pernambuco (parte do dinheiro teria sido usado na compra do avião que caiu em 2018 matando Campos); denunciado por receber propina da Camargo Corrêa nas obras da refinaria Abreu Lima; denunciado na Lava-Jato por receber R\$ 20 milhões em propina.

Continuação: Ascânio Seleme

Eduardo Braga (MDB-AM), ex-prefeito de Manaus, ex-governador do Amazonas, ex-ministro de Dilma. Suspeito na Lava-Jato por receber R\$ 1 milhão em propina; acusado de ser dono oculto de um jato Citation de US\$ 9 milhões (R\$ 46,5 milhões), cujo prefixo é o sugestivo PP-MDB; denunciado pelo MP do estado por comprar terreno público por R\$ 400 mil e vendê-lo três meses depois por R\$ 13,1 milhões; conhecido nas planilhas da Odebrecht pelo apelido "Glutão".

Nelsinho Trad (PSD-MS), ex-prefeito de Campo Grande. Teve R\$ 101 milhões bloqueados em suas contas por envolvimento no maior escândalo do Mato Grosso do Sul, de desvios milionários da empresa de limpeza urbana da capital do estado, a Solurb; denunciado pelo MP estadual por fazer autopromoção com dinheiro público quando era prefeito.

Eduardo Gomes (MDB-TO), senador de primeiro mandato. Denunciado na Operação Sanguessuga por desvio de dinheiro do Ministério da Saúde destinado a compra de ambulâncias; acusado de fraudar licitações quando presidia a Câmara Municipal de Palmas; usou verbas indenizatórias do Senado para comprar "notícias" favoráveis a ele em jornais de Tocantins.

Antonio Anastasia (PSDMG), ex-governador de Minas Gerais, ex-vice de Aécio Neves, a quem sucedeu. Citado na Lava-Jato como receptor de propinas. O ex-policial Jayme Oliveira Filho disse ter entregado dinheiro em BH a uma pessoa muito parecida com Anastasia. Alberto Youssef, de quem o policial era operador, negou que o dinheiro fosse para Anastasia. O processo acabou arquivado.

Simone Tebet (MDB-MS), senadora de primeiro mandato. Investigada por crime de responsabilidade em dois inquéritos que apuram fraude durante sua gestão na prefeitura de Três Lagoas (MS). Um deles foi arquivado por prescrição.

Rodrigo Pacheco (DEMMG), senador de primeiro mandato. Defensor dos denunciados no mensalão, detrator da Lava-Jato e crítico do Ministério Público.

-

AINDA RODRIGO

O deputado Rodrigo Maia chegou a se coçar quando emissários de Bolsonaro o avisaram, há dois meses, que sua excelência pensava em lhe entregar um ministério. Poderia ser uma forma de agradecer ao presidente da Câmara por fazer nada com os mais de 30 pedidos de impeachment que recebeu. Mas, como revelou ontem o jornalista Fernando Rodrigues, do Poder 360, Paulo Guedes vetou Rodrigo num hipotético Ministério do Planejamento recriado. Pois é.

-

OS MITOS

Os políticos acreditam que o brasileiro gosta mesmo de líderes fortes e, melhor ainda, carismáticos. Muito provavelmente inspirados em outros modelos latinos, como o argentino, que até hoje vive sob a sombra de Juan Domingos Perón. Talvez seja por isso que políticos de direita (não falo do centrão das boquinhas, que não tem ideologia e está em qualquer governo) ainda acreditem em Bolsonaro, omito de 2018. E esta também deve ser a razão para muitos bons quadros da esquerda continuarem teimando com Lula, o mito de duas décadas atrás.

-

NEGÓCIO NOVO

O mercado do **direito** autoral só se surpreendeu com o montante, não com a venda dos **direitos** autorais das músicas de Bob Dylan por US\$ 300 milhões. No Brasil, investimentos no setor podem render até 13% ao ano, como mostrou em setembro a repórter Júlia Lewgoy, do Valor Investe. Significa quase cinco ve-

Continuação: Ascânio Seleme

zes mais do que paga a poupança. Mas é preciso saber como funcionam os **direitos** autorais de músicas para poder se movimentar por ali. Para isso é que estão sendo criados fundos específicos por bancos e fin-techs. Trata-se de um novo negócio na praça.

-

AUDIÊNCIAS

A audiência da Fox News no verão americano foi a maior da história, superando todas as demais no cabo e ganhando até mesmo das emissoras de sinal aberto. Já por aqui, a Fox brasileira perdeu feio para a GloboNews.

-

IMPOSTOS E ARMAS

Bolsonaro vai zerar impostos para importação de ar-

mas a partir de 1º de janeiro. Neste caso, o presidente não surpreende mesmo. Agora, por que não zera também as alíquotas para seringas, já que os produtores locais dizem que não conseguem entregar o que o país precisa para a vacinação contra a Covid? Com a redução do imposto as indústrias poderiam contratar funcionários e produzir mais. Aliás, o que a Taurus, uma das maiores financiadoras da campanha de Bolsonaro em 2018, tem a dizer sobre a medida?

-

ULTRAJE

Não há outro nome para aquela ridícula exposição dos vestuários de Bolsonaro e Michelle no dia da posse.

Gusttavo Lima perde processo por direitos autorais e pagará R\$ 20 mi



(crédito: Objetiva Co-
municacao/Divulgação-4/4/17)

O cantor sertanejo Gusttavo Lima perdeu, em segundo instância, o processo movido contra ele pelo compositor André Luiz Gonçalves da Silva. Conhecido como De Lucca, o autor reivindicou a totalidade dos **direitos** autorais pela música Fora do comum, que estourou em 2011 na voz de Gusttavo.

O compositor alega que só recebeu 50% dos **direitos** autorais da faixa, quando, na verdade, ele teria escrito a canção inteira, sem qualquer contribuição de Lima. Além disso, ele pede uma indenização de R\$ 20 milhões por danos morais.

O processo foi iniciado em 2016, mas, na época, o juiz extinguiu a ação por entender que o prazo legal para requerer os direitos seria de até três anos após o lançamento da música, portanto, já teria prescrito. Este ano, a justiça concedeu a De Lucca o direito de continuar o processo, por entender que o prazo para a prescrição seria de até 10 anos, por se tratar de uma cobrança de **direitos** autorais por descumprimento

de contrato da música em questão.

Em 2019, em uma audiência de reconciliação, Gusttavo Lima chegou a oferecer R\$ 50 mil a De Lucca, dividido em 10 vezes, para que o compositor desistisse do processo. A proposta foi recusada. Após a decisão da segunda instância, Gusttavo tentou recorrer ao Superior Tribunal de Justiça para manter a extinção do caso, mas o recurso não foi admitido, pois exigiria reexame dos fatos e provas do processo, o que não é permitido pela instância superior.

Miguel Falabella perde ação que o acusa de plagiar tradutor na Justiça

ILUSTRADA

São Paulo

O tradutor Alípio Franca Neto ganhou, em decisão judicial de segunda instância, uma ação que move contra o ator e diretor Miguel Falabella acusando-o de plágio na peça "A Escola do Escândalo".

Franca publicou há 23 anos, pela editora Papyrus, uma tradução do texto original do irlandês Richard Brinsley Sheridan, escrito no século 18. O título era "Escola de Maledicência".

Ele entrou na Justiça, munido de um parecer técnico da professora Vera Lúcia Ramos, do Departamento de Letras da USP, argumentando que a versão de Falabella, que não credita o tradutor nem pagou **direitos** autorais, usa nomes e trocadilhos que foram cunhados por ele.

O tradutor perdeu a ação em primeira instância, mas o colegiado do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro reverteu a decisão de forma unânime, em acórdão publicado nesta quinta-feira. Ainda cabe recurso.

Franca afirma que a decisão é daquelas que "reavivam a fé na Justiça". "As pessoas à minha volta sempre se assustam quando alguém reclama direitos em face de pessoas que têm prestígio ou algum tipo de autoridade. Às vezes, reclamar esses direitos, como eu tentei fazer, causa um espanto enorme."

Segundo ele, a tradução da obra setecentista foi um dos primeiros grandes desafios de sua carreira, um trabalho que "se estendeu por bastante tempo paralelamente ao meu ganha-pão", e foi a primeira versão brasileira da peça. Hoje, ele coleciona três prêmios Jabuti de melhor tradução.

Uma das evidências apresentadas na peça judicial é que o nome da personagem Lady Benferina, tradução

de Lady Sneerwell no livro de Franca, também aparece na montagem "A Escola do Escândalo", que estreou em 2011 com Maria Padilha, Bruno Garcia e Tonico Pereira. "Era um texto literariamente desafiante, a começar pelos nomes trocadilhescos, que soavam como nomes em inglês, não nomes caricaturais."

Falabella diz que "essa é uma história completamente alucinada". "Não sei de onde ele tirou isso. Eu tenho inúmeras traduções, a grande maioria delas bem-sucedidas. A troco de quê eu iria me apropriar da tradução desse senhor que eu não conheço? Ele aparentemente vai ficar famoso por 15 minutos, o que se pode fazer?"

Em uma série de áudios ao repórter, o diretor listou 11 de suas traduções mais conhecidas para o teatro, incluindo "Cabaret", "O Homem de La Mancha", "Annie" e "Hairspray". Também afirmou que "A Escola do Escândalo" era uma adaptação do texto original que cortava mais da metade das personagens e alterava o gênero de uma delas.

"Eu não entendo essa história, honestamente. E não sei nem o que ele pede, porque a peça nem sucesso foi."

A decisão desta quinta é sobre uma medida cautelar que obriga a retirada do mercado de todos os DVDs que comercializam a obra de Falabella em território nacional a gravação de "A Escola do Escândalo" também foi veiculada no canal Now.

Uma outra ação judicial corre em paralelo e "discute valores, a condenação em danos materiais e morais e uma cobrança dos **direitos** autorais com natureza pecuniária", ou seja, monetária, segundo o advogado André Bonan, que representa Franca, o tradutor.

Continuação: Miguel Falabella perde ação que o acusa de plagiar tradutor na Justiça

"O que está muito bem colocado no acórdão é que a adaptação do Falabella não foi de boa-fé. A função dele poderia ser a de adaptação, em que ele visitaria a obra do Alípio e atribuiria a ele a titularidade de nomes, trocadilhos, trechos. Mas ele não fez isso e sequer mencionou o Alípio. Houve uma subversão de autoria e integridade da obra."

As advogadas que representam Falabella, Andrea Francez e Maria Luiza Egéa, afirmam ter recebido a decisão publicada nesta quinta "com tranquilidade" e

que não vão recorrer dela.

"Essa decisão se refere unicamente à medida cautelar de busca e apreensão [de DVDs]. Importante salientar que esta ação é muito antiga e não deve mais existir nenhum DVD no mercado. Estamos nos defendendo na ação de conhecimento [que corre em paralelo] e seguros de que seremos vencedores, porque não existe plágio."

Com 210 ações, Estratégia de Propriedade Intelectual valerá 10 anos



O Ministério da Economia lançou hoje (11) a Estratégia Nacional de **Propriedade** Intelectual (ENPI). A iniciativa estabelece 210 ações envolvendo questões como inovação, **registro** de patentes e marcas, **transferência** de tecnologia, criação de programas de computador, entre outras.

"Só temos hoje 20% do Produto Interno Bruto [PIB] brasileiro vindo de empresas intensivas em propriedade intelectual, enquanto na média da União Europeia esse índice é de 42%. Queremos chegar pelo menos a 30% em dez anos. Também temos como meta que o Brasil figure entre os dez países que mais usem ferramentas de propriedade intelectual", disse o secretário especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia, Carlos Alexandre da Costa.

A **propriedade** intelectual é um ramo do direito voltado para assegurar recompensa aos responsáveis por produção criativa e inovadora, seja nos domínios da indústria, da ciência, da literatura ou da arte. Ela envolve três sub-ramos: a **propriedade** industrial, o **direito** autoral e a proteção sui generis, na qual estão, por exemplo, os conhecimentos das populações tradicionais.

A ENPI terá validade por dez anos. O lançamento ocorreu durante o evento que marca os 50 anos do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (**INPI**), autarquia federal responsável pelo desenvolvimento

de ações previstas na Lei 5.648/1970, conhecida como Lei da Propriedade Industrial. Cabe ao **INPI** controlar e analisar solicitações de **registro** de patentes, marcas e **transferência** de tecnologia.

Entre as medidas incluídas na ENPI estão o desenvolvimento de linhas de crédito e de benefícios fiscais para empresas investirem em inovação, a revisão de normas sobre **transferência** de tecnologia, o fortalecimento de órgãos de governança para aumentar o cumprimento da legislação, o incentivo à especialização em **propriedade** intelectual no âmbito do Poder Judiciário, o estímulo à transferência de direitos de **propriedade** intelectual entre instituições científicas públicas e pequenas e médias empresas, a realização de campanhas públicas sobre as consequências da **pirataria** e a organização de eventos nacionais para discutir o tema.

Também faz parte dos planos a elaboração de uma política de propriedade intelectual específica para a área da saúde e a criação de um site que reúna informações sobre o assunto, facilite acesso a serviços, sirva de repositório de decisões judiciais e liste cursos de capacitação.

A ENPI prevê ainda que seja avaliada a inclusão de uma disciplina obrigatória sobre propriedade intelectual em cursos de graduação em Direito e em Ciências Exatas e de uma disciplina optativa para todos os demais cursos. Outra ação incluída é a capacitação de agentes nas regiões de menor desenvolvimento relativo, como a Amazônia, em temas como **patentes** verdes e marcas coletivas.

Problemas e desafios

Com 120 páginas, o documento traz em sua introdução uma contextualização do cenário nacional. O sistema de **propriedade** intelectual brasileiro foi considerado pouco efetivo. Entre os problemas apon-

Continuação: Com 210 ações, Estratégia de Propriedade Intelectual valerá 10 anos

tados estão os indicadores tímidos de inovação, a reduzida comercialização de ativos de **propriedade** intelectual e o número elevado de casos de **pirataria**.

De acordo com o documento, para maximizar o impacto da economia criativa e da inovação no Brasil e promover a competitividade do país no cenário internacional, o Estado deve atuar na proteção dos direitos e na promoção do equilíbrio entre livre concorrência e interesse social.

A ENPI foi estruturada em sete eixos de ação complementares e transversais. Cada um deles busca en-

frentar um desafio: alavancar a competitividade, disseminar o conhecimento, estruturar a governança institucional, modernizar marcos legais, assegurar maior segurança jurídica, gerar inteligência e inserir o Brasil no sistema global de propriedade intelectual.

O processo de elaboração da ENPI incluiu análises de experiências de outros países e oficinas realizadas no início do ano em São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília. Houve também um período de consulta pública. O Ministério da Economia recebeu contribuições, por meio de formulário online, emntre agosto e setembro.

Por propriedade intelectual, Ericsson abre processo contra Samsung nos EUA



A Ericsson protocolou nesta sexta-feira, 11, um processo contra a Samsung em um tribunal do Texas (EUA). A fornecedora alega a violação de compromissos contratuais no **pagamento** de royalties referentes ao uso de propriedade intelectual.

Em comunicado, a Ericsson alegou que a Samsung violou termos do modelo de licenciamento justo, razoável e não discriminatório (Fair, Reasonable and Non-Discriminatory FRAND). Este sistema é responsável por remunerar empresas responsáveis por pesquisa e desenvolvimento (P&D) após o uso de propriedade intelectual por fabricantes da indústria móvel.

Com o litígio, a fornecedora avalia que várias negociações de renovação de licenciamento podem ter o **pagamento** de royalties atrasado caso se estendem para além da expiração dos acordos existentes. Uma vez renovados, os royalties não pagos devem ser recuperados e reconhecidos como receita no momento da renovação, esclareceu a Ericsson.

A empresa sueca tem um portfólio de propriedade intelectual de mais de **54 mil patentes**. Ela também reporta investimento anual de 40 bilhões de coroas suecas (ou cerca de US\$ 4,7 bilhões) em P&D.

Balanço

No mesmo comunicado, a Ericsson também observou que as atuais condições geopolíticas estão impactando os volumes de vendas de aparelhos, assim como a mudança de aparelhos 4G para 5G, mas sem entrar em maiores detalhes.

Segundo a empresa, este fator e o eventual atraso no pagamento de royalties (além do custo potencial de litígios) podem impactar a receita operacional do grupo em um 1 bilhão a 1,5 bilhão de coroas suecas (de US\$ 120 milhões a US\$ 180 milhões) no **primeiro** trimestre de 2021. O impacto financeiro real dependerá do momento e dos termos e condições dos novos contratos, sinalizou a companhia.

Índice remissivo de assuntos

Propriedade Intelectual
3, 12

Inovação
3, 12

Marco regulatório | INPI
3, 12

Patentes
3, 12, 14

Entidades
3

Direitos Autorais
5, 9, 10, 12

Pirataria
12

Propriedade Industrial
12